

Comissão de Minas e Energia

Requerimento Nº..... de 2008

(Do Sr. Fernando Ferro)

Requer a realização de audiência pública conjunta com as comissões de Ciência e Tecnologia (CCTCI) e Trabalho, Administração e Serviços Públicos (CTASP) para debater os impactos da terceirização de mão-de-obra pelas empresas concessionárias de serviços públicos nos setores de infra-estrutura.

Senhor Presidente,

Com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a realização de audiência pública conjunta com as comissões de Ciência e Tecnologia (CCTCI) e de Trabalho, Administração e Serviços Públicos (CTASP) para debater os impactos da terceirização de mão-de-obra das empresas concessionárias de serviços públicos nos setores de infra-estrutura especialmente nas áreas de telecomunicações e de energia, com a presença de representantes da Fittel, da Federação dos Urbanitários, do Sinergia, da Abrafix, da ANATEL, da ANEEL e do Ministério do Trabalho.

Justificativa

Em 1995 tem início o processo de desregulamentação do setor de telecomunicações com a aprovação da emenda constitucional 8, de 15 de agosto de 1995, que modifica o artigo 21 da Constituição Federal, extinguindo o monopólio estatal das telecomunicações e permitindo que a operação dos serviços fosse executada também pelo setor privado. Já no setor elétrico, embora as empresas geradoras ainda sejam em sua maioria de propriedade estatal, na área de distribuição de energia verificou-se o mesmo processo de privatização ocorrido no setor de telecomunicações.

Desde então, o crescimento da terceirização da mão-de-obra destas empresas aliado a um processo de deterioração das condições gerais de trabalho, em um contexto de altos índices de desemprego e desregulamentação dos mercados, provocou a demissão de milhares de trabalhadores e a conseqüente redução de postos de trabalho.

Historicamente, a terceirização foi uma estratégia adotada inicialmente pela indústria bélica Norte Americana, durante a II Guerra Mundial, com a finalidade de aumentar a capacidade de produção de armamentos.

No setor brasileiro das telecomunicações foi após a privatização, em 1998, que houve realmente um incremento significativo desta prática pelas empresas prestadoras de serviços de telecomunicações. As operadoras de telefonia orientadas por uma lógica de enxugamento de quadros e aumento dos lucros, passaram a terceirizar cada vez mais suas atividades, chegando ao momento atual em que apenas gerenciam e monitoram as empresas que prestam o serviço terceirizado para elas. As atividades de instalação e manutenção de redes, operação virtual de redes, comercialização de serviços, teleatendimento, causas trabalhistas, dentre outras, foram terceirizadas em sua maioria.

No setor elétrico da Bahia, por exemplo, os números de demitidos da Companhia Elétrica COELBA, controlada pelo grupo espanhol IBERDROLA, são bastante significativos. De 1997 a julho de 2004 essas demissões já implicaram na redução de 1.311 cargos. Isso sem contabilizar as demissões do PDV.

Quando a Coelba foi privatizada apresentava um quadro com 4.186 funcionários mas em 2007 eram apenas 2.875. Essa estratégia de terceirização tem resultado na precarização dos serviços oferecidos pela Coelba, uma vez que em 1997 a empresa oferecia um empregado para atender 567 usuários. Hoje, essa relação é de um funcionário para 1.234 clientes.

A intensificação do processo de introdução de inovações tecnológicas e, posteriormente, as privatizações nos setores de infra-estrutura, impactaram significativamente o nível de emprego e a qualidade dos serviços prestados no setor de telecomunicações. Além disso, o aumento indiscriminado das terceirizações resultou num quadro de precarização das relações de trabalho.

Nesta audiência pública teremos a oportunidade de apreciar os resultados deste processo de terceirização da força de trabalho nos setores de infra-estrutura e os seus reflexos para a prestação dos serviços de telecomunicações e distribuição de energia.

Sala da Comissão em

de Março de 2008

Fernando Ferro
Deputado Federal (PT/PE)